

HERTA RANI TELES SANTOS
JULIANA PITA GUIMARÃES
(ORGANIZADORAS)



O PODER FEMININO

ENTRE PERCURSOS E DESAFIOS

ANÁLISES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS,
LIDERANÇA FEMININA E TRIBUTAÇÃO



Belo Horizonte
2021

CONSELHO EDITORIAL

Álvaro Ricardo de Souza Cruz
André Cordeiro Leal
André Lipp Pinto Basto Lupi
Antônio Márcio da Cunha Guimarães
Antônio Rodrigues de Freitas Junior
Bernardo G. B. Nogueira
Carlos Augusto Caneado G. da Silva
Carlos Bruno Ferreira da Silva
Carlos Henrique Soares
Claudia Rosane Roesler
Clèmerson Merlin Clève
David França Ribeiro de Carvalho
Dhenis Cruz Madeira
Dirceô Torrecillas Ramos
Edson Ricardo Saleme
Eliane M. Octaviano Martins
Emerson Garcia
Felipe Chiarello de Souza Pinto
Florisbal de Souza Del'Olmo
Frederico Barbosa Gomes
Gilberto Bercovici
Gregório Assagra de Almeida
Gustavo Corgosinho
Gustavo Silveira Siqueira
Jamile Bergamaschine Mata Diz
Janafna Rigo Santin
Jean Carlos Fernandes

Jorge Bacelar Gouveia - Portugal
Jorge M. Lasmar
Jose Antonio Moreno Molina - Espanha
José Luiz Quadros de Magalhães
Kiwonghi Bizawu
Leandro Eustáquio de Matos Monteiro
Luciano Stoller de Faria
Luiz Henrique Sormani Barbugiani
Luiz Manoel Gomes Júnior
Luiz Moreira
Márcio Luis de Oliveira
Maria de Fátima Freire Sá
Mário Lúcio Quintão Soares
Martonio Mont'Alverne Barreto Lima
Nelson Rosenvald
Renato Caram
Roberto Correia da Silva Gomes Caldas
Rodolfo Viana Pereira
Rodrigo Almeida Magalhães
Rogério Filippetto de Oliveira
Rubens Beçak
Sergio André Rocha
Sidney Guerra
Vladmir Oliveira da Silveira
Wagner Menezes
William Eduardo Freire

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos reprográficos, sem autorização expressa da editora.

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

Arraes Editores Ltda., 2021.

Coordenação Editorial: Fabiana Carvalho

Produção Editorial e Capa: Danilo Jorge da Silva

Imagem de Capa: Lara Sampaio de Oliveira Luz

Revisão: Responsabilidade do Autor

306.76
P742
2021

O poder feminino: entre percursos e desafios – análises sobre políticas públicas, liderança feminina e tributação / [organizado por] Herta Rani Teles Santos [e] Juliana Pita Guimarães. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2021. 370 p.

ISBN: 978-65-5929-099-4
ISBN: 978-65-5929-098-7 (E-book)

1. Direito antidiscriminatório. 2. Igualdade de gênero. 3. Desigualdade de gênero. 4. Preconceito de gênero. 5. Mulher – Trabalho. I. Santos, Herta Rani Teles (Org.). II. Guimarães, Juliana Pita (Org.). III. Título.

CDD (22.ed.) – 306.76

Elaborada por: Fátima Falci
CRB/6-700

MATRIZ

Av. Nossa Senhora do Carmo, 1650/loja 29 - Bairro Sion
Belo Horizonte/MG - CEP 30330-000

FILIAL

Rua Senador Feijó, 154/cj 64 - Bairro Sé
São Paulo/SP - CEP 01006-000
Tel: (11) 3105-6370

1212247
SUPERIOR TRIBUNAL DA JUSTIÇA
BIBLIOTECA M. OSCAR SARAIVA

www.arraeseditores.com.br

arraes@arraeseditores.com.br

Nº

DATA

Belo Horizonte
2021

1212247

20/09/22

APRESENTAÇÃO

A histórica evolução da mulher é dividida em três ondas distintas. A Primeira cujo objetivo foi a conquista dos direitos políticos, votar e ser votada.

Conquistada a plenitude desse objetivo, o foco foi a obtenção da igualdade de gênero, encampada pela ONU quando, em 2010, criou-se a ONU MULHER, sendo esta a segunda onda.

Em 2015 a ONU MULHER reviu os seus objetivos e assumiu ser praticamente impossível vencer as grandes diferenças históricas, culturais, econômicas e familiares, com políticas idênticas para todos os países, concluindo ser inviável traçar objetivos que se adequassem à realidade sócio-política de cada nação. Dai ter traçado novos objetivos: combate a toda e qualquer forma de discriminação e empoderamento da mulher, inaugurando assim a terceira onda.

Observando a evolução dos movimentos feministas, tenho me pronunciado no sentido de estar sendo iniciada uma quarta onda, em que o empoderamento terá grande destaque pelo seu envolvimento com as instituições, em busca de uma participação de qualidade da mulher na economia, na educação e na sociedade em geral.

Sem alarde e de forma espontânea, esses movimentos estão cada vez mais se projetando, diante do nível intelectual de suas militantes que têm vida acadêmica, participação profissional efetiva e consciência da necessidade de engajamento político.

Ao ser convidada pelo Movimento de Mulheres - “Tributos a Elas” para fazer a apresentação de um livro sobre feminismo, embora feliz pela lembrança, confesso que o primeiro impulso foi pensar que mais uma vez teria de falar sobre violência contra a mulher, discriminação ou assédio, temas da maior seriedade, é bem verdade, escrito tantas vezes em livros e

artigos, ou talvez me fosse dada a incumbência de dar uma visão de tantos “mimimis” que hoje embalam a fragilidade de mulheres que teimam em não crescer, vitimizandose pela vida afora como justificativa.

Ao ler os termos do convite fui tomada de grande curiosidade. Afinal tratava-se de um livro formado de artigos escritos por Procuradoras da Fazenda Nacional, versando sobre o feminismo, a justiça e o direito.

Debrucei-me sobre o sumário da obra e a cada item tinha uma surpresa maior; e terminei por concluir: este é um livro sobre feminismo diferenciado, o qual está efetivamente em sintonia com a quarta onda da qual falei.

O **Capítulo 1** é formado por três artigos que versam sobre equidade, o poder das instituições, das políticas públicas e orçamentárias.

O primeiro dos artigos refere-se à atuação da notável e democrática juíza da Suprema Corte Americana Ruth Bader Ginsburg e a sua crença ao papel das instituições na igualdade de gênero, falando principalmente do novo institucionalismo feminista, suas conclusões e referências.

Avançando um pouco mais o segundo artigo versa sobre a necessidade de serem discutidas as questões de gênero e raça e estudadas tendo como pano de fundo o direito antidiscriminatório, a problemática estrutural dos direitos violados e a tentativa de reversão via medidas afirmativas.

O último artigo desse capítulo 1, escrito por duas articulistas, aborda uma questão que hoje muito se discute: a ausência de mulheres nos espaços decisórios, mostrando as articulistas o reflexo dessa ausência na condução de uma apropriada política orçamentária, onde são ignoradas muitas das dificuldades existentes para as mulheres profissionais e que também realizam o chamado trabalho invisível, terminando o artigo com notas conclusivas sobre a necessidade de elaboração de um orçamento público articulado com as políticas públicas adequadas às reais necessidades das mulheres.

O **Capítulo 2**, um pouco mais longo, com cinco artigos, trata dos mecanismos da desigualdade que pressiona a mulher e da sua luta para vencer a subalternidade, em abordagem história que vai ao primeiro ponto de luta: a conquista dos direitos políticos.

O segundo artigo fala da mulher advogada, seus desafios profissionais, sua surda desqualificação quanto as tarefas que lhe são direcionadas pela instituição envolta em uma aura de democratização externa apenas. O artigo é finalizando com comentários sobre a recente aprovação da paridade, regra que visa reduzir a desigualdade de gênero no acesso formal das advogadas aos cargos de direção da OAB.

Sobre a mulher empresária duas articulistas fazem um retrospecto histórico que vai do Código Civil de 1916 ao futuro projeto do Código Comercial, tecendo considerações sobre a situação das mulheres nas empresas,

suas dificuldades e a luta pela igualdade, pugnando as autoras pela inserção, no projeto, do princípio da igualdade de gênero.

O feminicídio é tratado em continuação, sendo o artigo iniciado com uma rápida apreciação sobre violência e machismo estrutural.

Com muito profissionalismo é feita a abordagem à Lei Maria da Penha e à Lei do Feminicídio, lembrando ter existido, até pouco tempo, a absurda tese de Legítima Defesa da Honra.

Finalizando o capítulo temos um interessante enfoque: o mito da beleza feminina, explorado como instrumento de trabalho e a grande omissão da sociedade brasileira sobre o tema.

O **Capítulo 3** é o mais longo deles, certamente porque as autoras, como Procuradoras da Fazenda, têm percepção bem mais realista da condição da mulher como contribuinte.

Assim, o capítulo intitulado “O direito tributário e a cobrança fiscal sob a perspectiva das mulheres” é inaugurado com uma ampla introdução sobre a crise de representatividade da mulher quanto aos efeitos da tributação, com informações e observações em relação à ocupação dos espaços profissionais, para concluir que é a tributação ferramenta de minimização das desigualdades de gênero.

Segue-se uma explicação sobre evasão fiscal, moralidade tributária do gênero.

Nesse capítulo há ainda um artigo sobre a desigualdade de renda quanto a raça, especialmente para a mulher negra. E após uma introdução histórica sobre a abolição das escravatura e suas consequências, conclui a autora que as mulheres negras são as que mais sofrem com a regressividade tributária.

Um tema que considero novidade em matéria de política de mulheres vem encetado nesse Capítulo 3, com o seguinte título: “Políticas Fiscais para Fornecimento de Absorventes e Promoção da Igualdade Menstrual”. O conteúdo do tema pode ser antevisto pela só indagação da autora, ao anunciar no sumário os diversos itens a ser discutido: tributar absorventes é supérfluo?

Por último há um específico artigo sobre a cobrança do ITBI de bens imóveis, inter vivos, em uma perspectiva de gênero.

Não escapou às organizadoras dessa obra de abordagem invulgar e de conteúdo qualificado um dos mais importantes questionamento para a mulher. Assim, no **Capítulo 4** está a questão previdenciária, destacando-se dentre os comentários a licença à maternidade em parto precoce, com jurisprudência sedimentada no princípio da dignidade da pessoa humana pelo STF (ADI 6327).

Por último o **Capítulo 5** fecha com chave de ouro a interessante coletânea, com apreciações para o futuro, orientação a futuras lideranças

e perspectivas mais femininas no exitoso trabalho da Procuradoria da Fazenda Nacional. Este artigo traz como visão de futuro a ampliação da participação e da liderança das mulheres na administração pública, vencendo com convicção os constantes desafios, desde às competências de liderança, de planejamento, de organização, de delegação, de comunicação e sobretudo de motivação.

Ao final da leitura do sumário que mostra o essencial dessa obra, estou certa de que todos os leitores estarão ávidos pelo conteúdo, trabalhado com seriedade e competência por mulheres a quem rendemos o tributo de nossa gratidão pelo muito que oferecem pela justiça e pelo direito.

Brasília maio de 2021

ELIANA CALMON
Advogada
(Ministra aposentada do STJ)